



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

MARIA PRAZERES ALVES RODRIGUES

**UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO
PÚBLICO MUNICIPAL: O CASO DO POLIVALENTE**

**CACHOEIRA-BA
2019**

MARIA PRAZERES ALVES RODRIGUES

**UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO
PUBLICO MUNICIPAL: O CASO DO POLIVALENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado ao componente curricular TCC II, do Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Sielia Barreto Brito

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS**

MARIA PRAZERES ALVES RODRIGUES

**UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO
PÚBLICO MUNICIPAL: O CASO DO POLIVALENTE**

A monografia foi aprovada pelos membros da Banca Examinadora e foi aceita por esta Instituição de Ensino Superior como Trabalho de Conclusão de Curso no nível de graduação, como requisito para obtenção do título de licenciada em Tecnologia em Gestão Pública.

Cachoeira, _____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dra. Sielia Barreto Brito

Professora: Lys Maria Vinhaes Dantas

Professora: Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro

*Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso aprendemos sempre.*

Paulo Freire.

RODRIGUES, Maria Prazeres Alves. **UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO
DOCENTE NO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL: O CASO DO
POLIVALENTE**

O TRABALHO DOCENTE EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira-BA, 2019 (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientadora: Profa. Dra. Sielia Barreto.

RESUMO

A educação é imprescindível para a formação humana em meio ao desenvolvimento de todas as potencialidades das pessoas. Frente a complexidade desse contexto, esta pesquisa objetiva compreender o trabalho docente em escolas públicas municipais do ponto de vista e valorização dessa profissão. Considerando sua importância para a sociedade e o papel das escolas nesse processo, objetivos específicos foram: analisar a carreira docente dos professores da rede pública municipal de ensino; identificar o papel da escola para a formação cidadão e transformação da sociedade e descrever as expectativas dos profissionais docentes para o futuro educacional. A opção metodológica usada foi a pesquisa de campo e bibliográfica. Utilizou-se também a abordagem descritiva e exploratória com ênfase na análise qualitativa. Como instrumento de coleta de dados e informações foi aplicado um questionário com perguntas abertas. A amostra intencional envolveu dez professores das escolas: Polivalente e Alcides Almeida do município de Muritiba-BA. Os resultados demonstraram que dentre as melhorias nas condições para o exercício do trabalho docente, a colaboração da família foi a mais citada, a questão da violência urbana e nas escolas também foi mencionada, e com relação às expectativas para o futuro do trabalho docente no nível nacional. Concluiu-se que diante do cenário político atual, dentre os dez entrevistados, apenas dois professores tem expectativa de melhoras futuras.

Palavras-chaves: Educação. Sociedade. Trabalho docente. Escola.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
- CNE – Conselho Nacional da Educação
- CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IES – Instituição de Ensino Superior
- IFET – Instituto Federal de Educação Tecnológica
- LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
- MEC – Ministério da Educação
- PNAD – Plano Nacional por Amostra de Domicílio
- PNE – Plano Nacional da Educação
- PSPN – Piso Salarial Profissional Nacional
- REUNI – Programa de Ação e Planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais
- SEB – Secretaria de Educação Básica
- SEED – Secretaria de Educação a Distância
- UAB – Universidade Aberta do Brasil

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Evolução do valor do piso salarial em R\$.....	35
Quadro 2 – Perfil dos professores entrevistados.....	35
Tabela 1 – Efeitos sobre o uso das novas tecnologias.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVO GERAL.....	10
1.2 PERGUNTA DA PESQUISA.....	10
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
1.4 METODOLOGIA.....	10
2 TRABALHO DOCENTE	12
2.1 DESAFIOS NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA.....	12
2.2 A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	15
2.3 EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.....	17
2.4 LDB 9.394/96 E O TRABALHO DOCENTE.....	20
2.5 A DOCÊNCIA E O NOVO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO.....	21
2.6 DOCENTE / ESCOLA SEM PARTIDO.....	24
3 (A NOVA) POLÍTICA DE 2007 FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A PRIORIDADE POSTERGADA	26
3.1 REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES DOCENTES.....	28
3.2 VALORIZAÇÃO SALARIAL DOS PROFESSORES.....	29
3.3 A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO.....	31
4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	33
4.1 SEÇÃO 1 – PERFIL DOS DOCENTES.....	33
4.2 SEÇÃO 2 – TIC.....	34
4.3 SEÇÃO 3 – EXPECTATIVA PARA O FUTURO.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

O trabalho docente torna-se desafiador diante de uma sociedade cada vez mais exigente por uma educação de qualidade, em que as atenções deveriam estar voltadas principalmente para a melhoria no salário do professor, nas condições de trabalho e assim teríamos uma educação de qualidade para o cidadão brasileiro.

Neste sentido, Lanz (1998, p. 77) afirma que a crise na educação “é no mundo inteiro, assunto que beira calamidade. [...] um pedagogo [...] reconhece que a educação comum não sabe exatamente quais suas metas pedagógicas”. No entanto, a educação é o caminho que dá acesso ao saber que liberta, que conduz à liberdade mental e política.

Sob esse aspecto, o professor é o mediador do conhecimento que conduz o aluno ao saber que liberta, muito mais que a leitura crítica da informação. No passado o docente apenas transmitia conhecimento, na contemporaneidade os alunos são estimulados a pensar, a questionar e aprender para construção de suas opiniões próprias (FREIRE, 1992).

Neste contexto, o padrão educacional está voltado para o desenvolvimento de um conjunto de competências e habilidades, dos quais os alunos tenham uma clara compreensão sobre a realidade refletindo e participando de uma sociedade que tem compromisso com o futuro, assim sendo, o professor é o instrumento influenciador em questões políticas, religiosas e tantas outras, ajudando o aluno a desenvolver sua aptidão no modo de pensar, a ter acesso ao saber democrático, preparando o indivíduo para o pleno exercício da cidadania.

A justificativa desta pesquisa decorre principalmente do fato de sua autora ser discente do curso de tecnologia em gestão pública e atuar por décadas, como servidora na educação do município de Muritiba-BA.

A educação parece evoluir lentamente rumo a qualidade e aprendizagem significativa, por isso, a necessidade em investigar e buscar mecanismos conceituais e contextuais que resultem na reflexão sobre aprimoramento e qualificação docente, considerando que a valorização do trabalho docente favorece no dinamismo, desempenho e dedicação no atendimento das demandas escolares e conseqüentemente oportuniza o desenvolvimento, intelectual e humano de todos os estudantes. Por esta razão, esta produção científica contribui para refletir o trabalho docente ancorado na fundamentação teórica, pesquisa de campo, análise, discussão

e resultados em que se observa que as políticas públicas educacionais são essências para normatizar o trabalho docente, mas também pode reconhecer que os profissionais da educação estão na linha de frente e precisam ser valorizados.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o fomento do trabalho docente da escola pública Polivalente do município de Muritiba-BA.

1.2 PERGUNTA DA PESQUISA

Como se fomenta o trabalho docente em escolas públicas municipais na perspectiva de valorização profissional?

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a carreira docente dos professores da rede pública de ensino municipal da localidade de Muritiba-BA.
- Identificar as principais ferramentas utilizadas para o desempenho do trabalho dos professores da escola pública de Muritiba-BA.
- Descrever as expectativas dos profissionais docentes da rede municipal de Muritiba para o futuro educacional.

1.4 METODOLOGIA

Utilizou-se também a abordagem descritiva e exploratória com ênfase na análise qualitativa. Como instrumento de coleta de dados e informações foi aplicado um questionário com perguntas abertas (GIL, 2002). O lócus do estudo foi a escola Polivalente, localizada no município de Muritiba-BA. A amostra intencional envolveu dez professores do ensino fundamental.

A opção pela análise de conteúdo decorreu do fato de possibilitar o estudo e análise de material qualitativo com vistas à melhor compreensão de seu conteúdo

(GIL, 2002; MARTINS, 2006; YIN, 2005). Foram escolhidos a partir da maior convivência na escola e o laço maior de amizade com os referidos professores.

Em respeito aos sujeitos pesquisados, aos princípios éticos adotados no decorrer da pesquisa de campo, a participação foi firmada em termo de consentimento livre e esclarecido entre orientador, orientando, instituição e sujeitos da pesquisa. Para manter o sigilo das identidades foram utilizadas, como nomenclaturas, a ordem numérica para Docentes (DOCENTE 1 ao DOCENTE 10).

A pesquisa de levantamento, Fonseca (2002) aponta que esse tipo de pesquisa é utilizado em estudos exploratórios e descritivos, o levantamento pode ser de dois tipos: levantamento de uma amostra ou levantamento de uma população (também designado censo). As opções metodológicas usadas foram a pesquisa de campo, a partir da coleta e análise de fatos ocorridos dentro do ambiente de vivência junto aos professores da Escola Polivalente, e a bibliográfica a partir das informações e dados reunidos que serviram de base para a construção da investigação proposta sobre a valorização do trabalho docente da rede municipal de ensino no município de Muritiba estado da Bahia.

De acordo com o objetivo geral, a pesquisa é exploratória trazendo uma familiaridade com o tema proposto que é o trabalho docente e sua valorização. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Ainda de acordo com o objetivo geral, a pesquisa é também descritiva, pois proporciona novas visões a partir de uma realidade conhecida. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Esse trabalho é composto de quatro capítulos: 1 Introdução; 2 Trabalho docente; 3 (A nova) política de formação de professores: a prioridade postergada; 4 Resultados da pesquisa de campo, além das considerações finais e referências.

2 TRABALHO DOCENTE

2.1 DESAFIOS NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

A escola tem o importante papel na sociedade, tanto para desenvolver conhecimento e promover o exercício crítico e formação cidadã quanto na articulação do saber para o mundo do trabalho. Neste sentido, a escola também é responsável por proporcionar o crescimento profissional dos seus docentes. Visto que a formação de professores representa um papel estratégico na qualidade da educação. Assim, em uma sociedade que vem passando por transformações políticas, econômicas, culturais e sociais os desafios no exercício da docência são constantes, faz-se necessário, entretanto, que a instituição forneça ferramentas que possibilitem ao profissional dar conta das demandas e obstáculos da sala de aula.

Diante das rápidas mudanças da informatização e dos avanços tecnológicos, há a necessidade de capacitação e preparação para inserção no mercado de trabalho, e o docente é o profissional que trabalha para educar o aluno, preparando o mesmo para compreensão do mundo através do processo de aprendizagem, abrindo-lhe novos caminhos para o crescimento e desenvolvimento.

Sendo assim, a educação compõe um cenário dinâmico e diversificado, que conforme Freire (1992), concorre a uma Pedagogia de Comunicação que propõe uma educação e conscientização embasada no método capaz de fazer com que o homem se torne crítico, criando condições desafiadoras, oferecidas para um determinado grupo desde que estas representem sentidos para os mesmos.

Todavia, de acordo com Duarte, (2010, p. 222) o trabalho docente é compreendido,

Não só o trabalho realizado em sala de aula, como o processo que envolve o ensino e a aprendizagem, mas, também, a participação do professor no planejamento das atividades, na elaboração de propostas político-pedagógicas e na própria gestão da escola, incluindo formas coletivas de realização do trabalho escolar e articulação da escola com as famílias e a comunidade

Nessa direção, Pinto (1989, p. 29 apud SILVA, 2016, p. 49) assevera que “a educação é o processo, pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem em função de seus interesses”. Assim, cabe a escola atender as expectativas e demandas de um dado contexto socioeconômico e cultural da sociedade. Então, a

partir do momento em que se encontram, nos espaços escolares, diferentes indivíduos pertencentes a diferentes contextos sociais, esses trazem consigo a sua historicidade construída a partir de diferentes vivências que precisam ser valorizadas e/ou aprimoradas.

Nada obstante, o estudo das raízes históricas da educação contemporânea mostra a “estreita relação entre a mesma e a consciência que o homem tem de si mesmo, consciência esta que modifica de época para época, de lugar para lugar, de acordo com um modelo ideal de homem e de sociedade” (SAVIANI, 1991, p.55). Assim, de acordo com Lanz (1998, p. 80) “cada professor deveria sempre ter presente a evolução do indivíduo e da humanidade, pois participa ativamente de ambas”. Esta participação caracteriza a escola como um instrumento eficaz para uma educação de qualidade, em que o desenvolvimento individual e coletivo são fundamentais.

Então, o profissional da educação ao transmitir conhecimento aos alunos, é um potencial influenciador, na política, em questões religiosas, contribuindo para a formação de cidadãos preparação para a vida e para o mundo do trabalho. No entanto, segundo Roldão (2007, p. 102) “a ênfase praticista que tem dominado a cultura profissional dos professores não contribui, [...] para o crescimento desta profissão”.

Para Roldão (2007, p. 183) a sociedade da informação, está longe de ser o mundo do conhecimento, tão pouco de conhecimento para todos, ao passo que reflete:

Que a informação se torne conhecimento e que o conhecimento seja algo democraticamente acessível, num mundo em que conhecer é só poder, depende em larga medida deste novo salto na profissionalização dos professores: a afirmação e o reforço de um saber profissional mais analítico, consciente e em permanente actualização, claro na sua especificidade, e sólido em seus fundamentos.

Neste sentido, o professor tende a desempenhar um papel que vai além da sala de aula, atuando até mesmo como mediador entre a instituição em que trabalha e a comunidade local. No entanto, é na sala de aula que o professor aprende novas experiências, de acordo com Therrien (1997, p.11) “o aprender no fazer em situação de interação significa a experiência construindo o saber da experiência”. Coadunado a este pensar Pacheco e Flores (1995), asseveram que o processo de aprender a ensinar resulta da articulação teórica e prática.

Concomitantemente, ser professor hoje é ser um pouco de pai, psicólogo, médico, enfermeiro, tudo que o aluno não tem no seu lar, para depois então assumir

o seu real papel que é ser professor. Ser mediador de conhecimentos, estar numa sala requer novas habilidades, que o professor precisa estar preparado para tal, é um grande desafio, porque o professor tem que saber lidar com necessidades diferentes, e pensamentos diferentes. Para Perrenoud (2000, p. 26) “conhecer os conteúdos ensinados é o menor das coisas, quando se pretende instruir alguém”. A principal competência pedagógica conforme Perrenoud (2000), consiste em relacionar conteúdos a objetivos e situações a aprendizagem.

Vale ressaltar as condições de trabalho dos profissionais da educação. Neste contexto, Gatti e Barreto (2009) refletem que as más condições de trabalho que os professores enfrentam diariamente ligados a planos de carreira e salários desmotivadores, confrontam com a relação de autonomia e profissionalidade que os professores deveriam ter. E essas dificuldades permanecem presentes, mesmo com disseminação da especialidade profissional.

Espera-se que parte deste desafio seja superada através da melhora na condição de salário dos docentes, a partir da fixação do piso salarial (GATTI; BARRETO, 2009). Por conseguinte, a maneira como cada um ensina está diretamente interligada com aquilo que são, como pessoas, quando exercem o ensino, ou seja, sua maneira de ensinar está estritamente ligado na sua personalidade (NÓVOA, 1992).

Os desafios que os docentes enfrentam diariamente, estão longe de serem sanados, visto que não se trata de algo que estanque, ao contrário o processo educativo está em constante transformação, necessitando de reflexão e soluções imediatas em contexto individual e coletivo. Assim o trabalhador docente em exercício pode proporcionar para seus alunos conhecimentos embasados em uma filosofia que ultrapasse os muros da escola e atinja o grau da maturidade intelectual que favoreça nas escolhas profissionais dos estudantes, bem como em sua forma de pensar, sentir e agir, constituindo-se como ser autônomo, crítico e reflexivo.

Neste cenário, o professor torna-se um agente social e cultural, pois é através de sua função cultural que exerce sua função social mas também pode ser o inverso, ao mesmo tempo que o professor contribui para a reprodução social, transmite saberes, instrui e educa (CHARLOT, 2005).

O professor deve ser reconhecido como o agente responsável pela complexidade que é educar, preparar o aluno para a vida, para exercer a cidadania, para ter autonomia no seu senso crítico, sua maneira de pensar, de se conduzir

mediante situações em diversas questões, mas também suas fragilidades e merece estímulo e motivação para o exercício da sua profissão.

2.2 A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Na década de 80 houve um empenho por parte dos professores para a reconquista do direito e do dever de participarem da definição de política educacional e da luta pela recuperação da escola pública. Nesse período acontece então a I Conferência Brasileira de Educação, evento de suma importância na história da educação brasileira, pois constituiu um espaço para a discussão e disseminação da concepção crítica da educação (VEIGA, 2004).

Posteriormente, os avanços com relação aos desafios de gestores em sua atuação escolar, diz respeito a liderança. Assim, atuar como líder e desenvolver formas de organização inovadoras, empreendedoras e participativas, requer mudanças. Desta forma, conforme Tres (2007, p. 5) “o gestor para liderar as mudanças e implantá-las deve ter a consciência da existência de riscos para que assim possa evitar possíveis erros, por meio de um planejamento bem elaborado e participativo”. Tres (2007) comenta que os erros e acertos do passado podem ser fundamentais para direcionar as decisões futuras.

Desta forma, faz-se necessário, a implantação de um processo de mudanças nas organizações escolares para se adequar aos novos padrões da sociedade atual, através da inovação, de práticas de gestão participativa, bem como garantir um ensino de qualidade aos seus alunos. Por certo, gestores devem conscientizar-se de que seu papel na escola de hoje é muito mais de um líder que de um burocrata. O que se espera é que se adote a direção, na função de gestor, como membro ativo da comunidade escolar (SANTOS, 2002).

Na contemporaneidade o uso da tecnologia prossegue ocupando todos os espaços, inclusive o escolar. Com o uso da internet a tendência é modificar a forma de ensinar e de aprender tanto em cursos presenciais como na formação continuada e a distância. Observa-se que as aulas convencionais perderam o interesse, tanto para professores quanto para alunos. A aquisição de dados e informações dependerá cada vez menos do professor. Sendo o papel principal, do professor, ajudar o aluno a interpretar esses dados relacioná-los e contextualizá-los.

Todavia, o sucesso na educação é uma via de mão dupla, não depende exclusivamente do professor, mas também do aluno que é o maior interessado, pois trata-se do seu crescimento intelectual. Pois, “aprender depende também do aluno, de que ele esteja pronto, maduro, para incorporar a real significação que a informação tem para ele, para incorporá-la vivencialmente, emocionalmente”. (MORAN, 2007, p. 32). Além disso, todo esse processo requer um comprometimento entre professores, alunos e instituições.

A tecnologia da Informação e Comunicação facilita o trabalho em sala de aula tornando-se necessária no processo de ensino-aprendizagem, estimula o senso crítico, ajuda o professor, aproxima a sala de aula do cotidiano e os alunos interagem com as tecnologias entrando em contato com tipos distintos de informação. Desta forma, o professor procura ajudar a contextualizar, a ampliar o universo alcançado pelos alunos, a problematizar, a descobrir novos significados no conjunto das informações trazidas (MORAN; MASETTO; BEHRENS 2010).

Nesse contexto, o profissional de educação deve ter a responsabilidade de atualizar-se em relação às tecnologias da educação, atender-se às novas tendências do mercado de trabalho, e o aluno deve conscientizar-se de que o seu futuro intelectual e profissional, serão mais valorizados, a medida em que houver contato com essas novas tendências em seu período escolar ou acadêmico.

Nada obstante, a educação nos dias atuais não se resume em mera transmissão de conhecimento, antes, “educar não é injetar, impingir, mais sim eduzire desenvolver o que já existe na alma do educando, assim como a luz solar desperta e desenvolve na semente a planta que nela existe potencialmente” (ROHDEN, 1987, p.7). Para Rohden (1987) o educador é um edutor, aquele que eduz no seu educando o que nele dormita de melhor e mais puro. Esse eduzir significa conduzir para fora, extrair os conhecimentos prévios de cada estudante e aprimorá-los garantindo um aprendizado significativo.

Assim sendo, todos os esforços para uma educação de qualidade são importantes. Visto que, educação é um processo que engloba canais para que ela se desenvolva de forma efetiva. Existe alguns caminhos que fomentam a educação dos sujeitos, no sentido de interiorização de aprendizagem e formação cidadã, tais como a família, o diálogo, a escola e a igreja. Logo, a família, por conservar seus fundamentos e sentimentos mutualmente, consegue preservar valores transcendentais como: ética, moral e religião; o diálogo, no qual compartilhando a

interioridade sabe-se escutar e crescer mutualmente com o outro; a escola que é o local onde se é transmitido o conhecimento sistematizado e elaborado, formação da cidadania e educação intelectual e a igreja, trazendo a presença da religião, tem sua importância a partir do momento em que as pessoas levam a sério, é um ponto positivo para a educação.

A principal função social da escola é garantir um ensino de qualidade para todos, e o educador que faz a diferença é aquele que desperta no aluno desejo de aprender, que lhe aguça criatividade e a sede da descobertas. Desse modo, Lemov (2011, p. 17) afirma que “eles (os professores) quem conseguem mudar o mundo a partir de suas salas de aula, não porque nasceram com poderes especiais, mas porque dominam os detalhes da arte. Estavam determinados a se tornarem artesãos e, com o tempo e prática, agora são artistas”. Construindo assim, saberes significativos, em que o aluno se sinta motivado a acreditar em si, a sentir-se seguro, a valorizar-se como pessoa, aceitar-se plenamente em todas as dimensões de sua vida (ROHDEN, 1987). Neste sentido, trabalho docente funciona como instrumento que favorece a construção e valorização do ser integralmente.

2.3 EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A educação básica no Brasil coadunado ao trabalhador docente, está vinculada a formação inicial e continuada desses profissionais do magistério articulada às concepções de democracia, justiça, inclusão e emancipação. Todavia o Ministério da Educação, ao coordenar a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica de acordo com o Decreto 8.572/16, garante sua integração com: i) diretrizes do Conselho Nacional de Educação; ii) Base Nacional Comum Curricular; iii) processos de avaliação de educação básica e superior; iv) programas e ações supletivas do referido ministério e iv) iniciativas e programas de formação implementares pelos Estados, Distrito Federal e pelos municípios (BRASIL, 2016).

Concomitantemente, mediante aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) instituído pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, foi possível nortear a educação no país. Se bem implementada, pode-se identificar vários pontos positivos, tais quais: assegurar a todos os alunos o acesso ao conhecimento ideal para cada fase da educação básica. Além disso a BNCC é responsável pela elaboração de proposta curriculares objetivas que permitem aos professores ter

clareza do que cada estudante tem o direito de aprender, assim como criar condições de trabalho adequado para que os docentes possam acompanhar o aprendizado de cada um, fazendo intervenções específicas quando necessário (BRASIL, 2018).

Neste cenário, o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) foi uma conquista considerável, visto que assegura mecanismos de financiamento para o atendimento de todas as etapas e modalidades da educação básica, sem distinção, contemplando formas que preservem o respeito à diversidade e à inclusão (BRASIL, 2018).

Vale ressaltar que as condições de trabalho docente implicam na qualidade de educação, isto é, concentram-se na formação de indivíduos que se reconheçam enquanto sujeitos ou para a reprodução do saber e formação. De acordo com Rohden (1987, p. 7)

Educar vem do verbo latino educare, derivado de educeo, que quer dizer “eduzir”, conduzir para fora, ou seja despertar no homem aqueles elementos positivos que neles se acham dormentes, como sejam, verdade, justiça, amor benevolência, solidariedade.

Neste sentido, a educação básica torna-se importante para disseminar saberes em que se preze a necessidade moral e técnica de oferecer iguais condições para o desenvolvimento do talento de cada brasileiro. Sendo assim, conforme Buarque (2018 p. 87): “não é difícil saber o que e como fazer para o Brasil dar o Salto Educacional de qualidade para todos e com isso construirmos o futuro que desejamos”. Esses desejos, dizem respeito a almejarmos um país moderno, produtivo, competitivo, socialmente mais justo e ecologicamente equilibrado.

Vejamos as Leis criadas nesse contexto social-econômico e suas finalidades:

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Lei n.11.273, de 6 de fevereiro de 2006 – autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2006 – regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, revoga dispositivos das Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, n.10.880, de 9 de junho de 2004, n. 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

Lei n. 11.502, de 11 de julho de 2007 – modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de que trata a Lei n. 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 – regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Lei n. 12.056, de 13 de outubro de 2009 – acrescentam parágrafos ao art. 62 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei n. 12.102, de 01 de dezembro de 2009- institui o dia do Plano Nacional de Educação, acrescentando artigo à Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Dentre as sete Leis criadas na década de 2000, destacam-se duas que foram de suma importância para as transformações na educação brasileira, e impactaram a formação e profissão docente, são as Leis n. 10.172/2001 e 11.738/2008.

A década de 2010 foi marcada por reivindicações de mudanças sociais através de protestos populares. Foram criadas mais Leis, são elas:

Lei n.7.219, de 24 de junho de 2010 – dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência (PIBID) e dá outras providências.

Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013, altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Lei n. 8.752, de 9 de maio de 2016 – Dispõe sobre a política nacional de formação dos profissionais da educação básica.

Em contrapartida, segundo Almagro (2018, p.7), “o Brasil se enquadra, infelizmente, nesse grupo de países que está perdendo a luta contra a ignorância, a desinformação e o analfabetismo”. O citado autor retrata escolas sucateadas, algumas desprovidas de uma estrutura mínima para dignidade humana, salas de aulas superlotadas, gestores desorientados, professores desmotivados e em muitos casos despreparados, alunos desinteressados, conseqüentemente, aumento das estatísticas de repetência, abandono e evasão.

Contudo, não existe pressão social para a melhoria significativa da educação, porque a comunidade não tem clareza do que está acontecendo, muito menos onde poderia se chegar caso houvesse um melhor planejamento nas redes públicas de ensino (BRASIL, 2018). Equivale dizer que a educação democratizou o acesso ao ensino e oferece uma estrutura um pouco melhor, porém é preciso planejamento, orientação, ação, fiscalização e apoio para vencer os obstáculos na trajetória no cotidiano escolar.

Na concepção profissional, a educação básica possui um papel importante na preparação o indivíduo, como sujeito ativo que participa da construção do conhecimento. Sendo assim, no processo livre do saber “a função social do ensino é a formação integral da pessoa, e a concepção sobre os processos de ensino/aprendizagem é construtivista e de atenção à diversidade” (ZABALA, 1998 p.

50), que não promove resultados uniformes, visto que cada educando possui a sua capacidade cognitiva, questionadora e interativa que facilitará a sua aprendizagem.

2.4 LDB 9.394/96 E O TRABALHO DOCENTE

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, em no seu capítulo V e artigo 61 a 67, trata do profissional da educação, enfatiza a formação docente, descrevendo questões como plano de carreira, valorização profissional. Contudo, quanto ao piso salarial não especifica nenhuma base fixada ou caminhos para que se efetive a proposição, tal definição ficou sob a responsabilidade dos governos estaduais ou municipais conforme art. 67, inciso III.

Com relação ao tempo dedicado para estudos, planejamento e avaliação dos professores, a proposta é que estes sejam incluído na carga horaria do professor conforme art. 67, inciso V. No entanto, com base no artigo 67, inciso VI, a LDB não explicita quais são as condições mínimas para que o docente realize a sua atividade educacional de maneira satisfatória.

Neste sentido a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional na seção III – do ensino fundamental - artigo 3º estabelece a formação básica do cidadão:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Artigo 3º torna obrigatório a duração de 9 (nove) anos gratuitos na escola pública, tendo como início 4 (quatro) anos de idade. Ressalta-se, que a LDB/96 assegura a escola autonomia, flexibilidade e liberdade para que decida e elabore os próprios meios de verificação da aprendizagem e de recuperação de estudos (BRASIL, 2018). O foco é que a instituição e seus professores devem se responsabilizar pela inclusão de estudantes com dificuldades de qualquer ordem para aprender e se desenvolver.

Cabe destacar que a LDB/96 trata em termos da organização administrativa, o sistema de ensino, nas esferas federal, estadual e municipal, em regime de

colaboração. Assim os sistemas estaduais de ensino assim como a do Distrito Federal, mantém além das unidades fundamentais e médio. Já os sistemas municipais são responsáveis pelo atendimento a educação infantil através das creches e pré-escolas e prioritariamente a educação fundamental, conforme o art. 11º, inciso V da lei 9.394/96.

Os docentes, mediante LDB/96 art. 13º, responsabilizam-se em: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Contudo, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e os demais textos legais que lhe são complementares, tal qual Lei nº 9.394/96 - LDB/96 e a Lei 9.424/96 que regulamentou o FUNDEB – mecanismo de financiamento da educação fortemente indutor à municipalização do ensino fundamental - os municípios passam a ter atribuições e responsabilidades não experimentado anteriormente, estando ou não preparados para elas.

2.5 A DOCÊNCIA E O NOVO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

A relação da docência com o Plano Nacional da Educação de 2014 evidenciou-se na discussão sobre a formação do profissional da educação. O plano busca pelo fortalecimento da escola pública e a democratização da gestão escolar, impondo limites à atuação do mesmo, estipulando prazos para que se ajustem ao curso superior, porém no tocante às condições de trabalho, ao piso salarial e carreira, não formou prazos, não estipulou valores/porcentuais, apenas mencionou sobre o assunto e transferiu suas obrigações.

Tão importante quanto a formação dos profissionais da educação, é a criação de melhores condições de trabalho nas escolas, a perspectiva de crescimento profissional, e a melhoria no salário. Inclusive, “os professores de áreas mais pobres devem receber salários maiores que os do restante da rede de ensino para que se promova a equidade por meio da Educação” (SANTOS, 2018, p. 106). Nada obstante,

Chalita (2018, p.132) afirma que “salários melhores, valorização profissional e formação continuada, com condições adequada de trabalho, atraem os melhores professores”. A questão salarial está relacionada à valorização profissional, deve-se incluir nesse parâmetro as condições de trabalho.

É importante abordar que o trabalho dos docentes, influencia diretamente na melhoria da qualidade do ensino. Todavia, a precariedade da infraestrutura escolar, a falta de materiais básicos e de apoio ao ensino, as condições de trabalho, bem como a falta de recursos humanos, implica na baixa qualidade do serviço prestado pelo docente. Contrariando as premissas do PNE que preza a melhoria na qualidade da educação.

O Plano Nacional da Educação (2014) estabelece como uma de suas diretrizes a formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade. Para este fim, a valorização dos profissionais da educação torna-se fundamental.

Concomitantemente, o PNE estabelece como meta 18, a existência de planos de carreira para profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino. O plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, deve tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido nos termos do inciso VII do art. 206 da Constituição Federal. Por assim dizer, a educação é direito de todos e dever do estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mediante exposto, o PNE possibilita o fomento a educação de qualidade no Brasil, criando estratégias estabelecidas como metas, que desencadeiam uma série de ações que precisam ser cumpridas pelos estados e municípios. Considerando a demanda educacional existente garantem que não haja retrocesso nos direitos sociais, e sim avanços e consolidações (BRASIL, 2018).

A meta 17 do PNE (2014-2024), diz respeito à valorização dos profissionais dos magistérios das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, cria quatro estratégias correspondente a: constituir, por iniciativa do Ministério da Educação fórum permanente, com representação (União, Estados, Distrito Federal, municípios e trabalhadores da educação) acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial; constituir o acompanhamento da evolução

salarial por meio de indicadores da PNAD, sendo divulgado pelo IBGE; implementar, planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica além de ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério em particular o piso salarial nacional profissional (BRASIL, 2015).

A má remuneração do docente pode fazer com que o profissional necessite trabalhar em tempo integral para tentar equilibrar sua situação financeira, por vezes, nota-se o mesmo docente trabalhando em diversas instituições, não sobrando tempo para a sua formação. Nesse contexto, há uma necessidade da luta dos trabalhadores docentes para mudança desta situação. O meio oficial de lutas destes profissionais é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, a qual busca melhorias para condições de trabalho dos docentes, agregando educadores de todas as áreas, objetivando a dignidade, valorização profissional defendendo a escola pública, gratuita e laica e melhoria das condições financeiras dos docentes.

Com relação às metas do PNE para docência, este estabelece um processo contínuo de vinte metas com estratégias que facilitam as ações educativas para o fomento da educação que prioriza a qualidade. Algumas dessas metas dizem respeito à prática docente. A meta 15, por exemplo, garante, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência desse PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II, III do caput do art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Já a Meta 16: tende a formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2015)

Em relação à Meta 16, foram definidas algumas estratégias do PNE, tal como a realização, em regime de colaboração, do planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Consolidar política nacional de formação de professores da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas. De acordo com o Plano Nacional de Educação Meta 16, algumas estratégias são dispostas para acentuar a formação docente:

Estratégia 16,5 - Ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

Estratégia 16.6 - Fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio de implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público (BRASIL, 2015).

Já a Meta 17 contempla a valorização dos (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

No entanto, a Meta 18: assegura, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional definido em Lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

2.6 DOCENTE / ESCOLA SEM PARTIDO

A Escola sem Partido, projeto político pensado a partir do Projeto de Lei nº 2.984/14 e do Projeto de Lei nº 867/15, traz a proposta de restringir ou moderar a liberdade de expressão e autonomia do professor, como foco principal suas opiniões ideológicas no tocante a discussão sobre a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento e outras questões pautadas pela proposta.

A escola não deve ser vista apenas como um lugar onde se aprende a ler e escrever, onde se adquirem conhecimentos, mas também como um lugar de construção de valores, de formação de pensamento crítico independente de classe social ou grupo no qual o indivíduo esteja inserido. Portanto, a escola deve ser um espaço aberto para o diálogo, para que professores e comunidade interajam, se

envolvam no processo da escola, dividindo e apresentando demandas a serem enfrentadas, um espaço democrático, de transformação social.

Nada obstante, há três agentes principais responsáveis por fazer com que a escola seja e tenha um papel democrático, dando base, analisando seu espaço e possíveis contribuições, planejando suas práticas e ações, refletindo sobre a ideologia de escola democrática que tem como foco as pessoas que estão inseridas em seu cotidiano, são eles: a administração, que vai conceituar e direcionar os aspectos democráticos; O professor, que é o mediador e deve corroborar o processo de conhecimento e formação crítica dos envolvidos; por fim, o aluno, que constrói e ressignifica o campo educacional (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 2006).

O Programa Escola sem Partido desconsidera o saber profissional dos professores, por isso exclui dos princípios da Educação a liberdade para ensinar e a pluralidade de concepções pedagógicas. O professor não é mais um profissional da Educação, mas apenas um prestador de serviço que segundo a proposta, deve limitar-se à transmissão da matéria. Mas o aluno não pode ter garantia da sua liberdade de aprender o pensamento, a arte e o saber, se o professor não desfrutar da sua liberdade de ensinar (PENNA, 2016).

O trabalho docente pode ser analisado sob diferentes aspectos: gênero, identidade, perfil, representação, formação docente, práticas docentes, saberes docentes, condições e relações de trabalho, natureza e processo de trabalho, saúde e mal-estar docente, sindicalismo e impacto das novas tecnologias sobre o trabalho docente.

Neste sentido as pesquisas realizadas sobre o trabalho docente nas instituições públicas e privadas, tiveram seu foco em temas no tocante a formação docente, com destaque para condições e relações de trabalho, natureza e processo de trabalho, representações, sentidos e significados da profissão docente.

No entanto, estudos de Martins (2003), mostram que somente na década de 1980 é que começaram a surgir trabalhos sobre a saúde dos professores. Por outro lado, segundo Amaral (2009), de 1987 a 2007, houve um crescimento contínuo de pós-graduação como um todo, no Brasil, com ampliação de cursos de mestrado e doutorado, o que vem se refletindo proporcionalmente no número de produções acadêmicas, como pode ser observado no aumento significativo dos artigos publicados em periódicos.

3 (A NOVA) POLÍTICA DE 2007 FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A PRIORIDADE POSTERGADA

As condições que vem historicamente degradando e desvalorizando a educação e a profissão docente se mantêm no Brasil: a má qualidade da formação dos profissionais da educação, a falta de condições adequadas no exercício do trabalho são fatores que se agregam e contribuem negativamente na educação brasileira.

Neste contexto, um relatório apresentado pelo CNE (Conselho Nacional de Educação), em sua reunião de julho de 2007, sinalizou que a escassez de professores para a educação básica, não é um problema conjuntural, nem tão pouco emergencial, mas sim, estrutural, a partir do momento em que o Estado retira sua responsabilização pela manutenção de uma educação pública de qualidade e da formação de seus educadores.

Ao analisar a formação de professores em sua dimensão social, percebe-se que esta deve ser tratada como um direito e um processo inicial e continuado, o qual trará respostas aos desafios no cotidiano escolar contemporâneo e ao avanço tecnológico. Para tanto, foi criado o Programa Pró-licenciatura, em 2005, e da UAB (Universidade Aberta do Brasil), pelo Decreto n. 5.800/06, em 2006, institucionaliza os programas de formação de professores à distância como política pública de formação.

O sistema UAB objetivou a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior públicos à distância, priorizando cursos de licenciatura e formação inicial e continuada de professores da educação básica, cursos para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica, (Decreto nº. 5.800/06).

A Proposta Conceitual Metodológica SEB/ SEED/MEC, 2007 (Secretaria de Educação Básica, Secretaria de Educação a Distância e o Ministério da Educação), aproxima-se da concepção de formação continuada, ou seja, induz as universidades para a formação à distância, aos sistemas, permitindo a contratação de professores em nível médio, e aos professores, a continuidade do trabalho como condição para a formação superior (FREITAS, 2007). Considerado pela nova LDB/96 art. 61 profissionais da educação, professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio.

Pelo fato dos cursos de formação na modalidade à distância, se apresentarem como uma forma mais barata e rápida para se obter a formação, a tendência é se

pensar nestes cursos como uma política compensatória visando suprir a falta de cursos regulares, dirigidos a segmentos afastados da rede pública de educação superior.

A articulação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a expansão da UAB (Universidade Aberta do Brasil) e ao REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), surgem como a nova configuração que se desenha para a formação de professores, (Decreto 6.096/07). A Finalidade da CAPES é induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, municípios e o Distrito Federal e exclusivamente mediante convênios com instituições de ensino superior públicas ou privadas, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério, respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas (Lei n. 11.502/2007, art. 2º parágrafo 2), consolidando a parceria e o reforço às instituições privadas de ensino (BRASIL, 2007).

Com a finalidade de equacionar o problema da formação inicial da juventude egressa do ensino médio, nos recursos de formação de professores, em substituição às atuais licenciaturas e pedagogia, que expandiram-se os polos da UAB. Contudo, o decreto que altera as funções da CAPES, restringiu parcialmente essa possibilidade, da modalidade à distância para a formação inicial, ao estabelecer que, na formação inicial, dar-se-á preferência ao ensino presencial, conjugado com o uso de recursos e tecnologias à distância e na formação continuada utilizar-se-ão, especialmente, recursos e tecnologias de educação à distância (FREITAS, 2007).

A transformação dos CEFETs - Centro Federal de Educação Tecnológica em universidades e a criação dos IFETs - Instituto Federal de Educação Tecnológica, (Decreto n. 6.095/07), veio fortalecer a diversificação institucional para a formação de professores para a educação profissional-tecnológica, devido à dificuldade de formação no âmbito das atuais licenciaturas nas IES - Instituição de Ensino Superior (FREITAS, 2007).

A ação conjunta entre as universidades e demais instâncias formadoras e os sistemas de ensino, revendo a formação básica, assegurando condições dignas de trabalho e formação continuada; a revisão das estruturas das instituições formadoras do profissional da educação, com avanço para as formas de organização por cursos e programas, para todos os níveis de ensino e estabelecendo-se uma integração permanente entre as instituições de formação de profissional da educação, as entidades organizadas dos trabalhadores da educação e demais entidades da área

educacional, na instituição e fortalecimento de fóruns coletivos de debate e indicação de políticas de formação e valorização profissional, são ações necessárias para que se defenda uma política global de formação do profissional da educação, como resposta às necessidades atuais.

3.1 REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES DOCENTES

O termo “regulação”, amplamente debatido na área econômica, torna-se amplamente conhecido no Brasil, a partir do processo de reforma do Estado em 1995, alcançando todos os setores, desde a regulação da energia, dos meios climáticos, dos alimentos, meios de comunicação, entre outros serviços sociais, até a imprensa. Observando-se que, no âmbito educacional, esta discussão ainda encontra-se restrita aos meios acadêmicos (OLIVEIRA, 2005).

Todavia a educação como processo facilitador de coesão social, é objeto de nova regulação nas políticas que definem novas estruturas de funcionamento, como tem seus conteúdos convertidos por esses processos, e assim tem sido pauta de debates exaustivos o processo de globalização e suas consequências para a educação.

Neste cenário, as novas formas de gestão e financiamento da educação, que tiveram sua emergência nos anos 1990, se traduzem nos sistemas escolares como medidas políticas e administrativas de regulação. Sendo assim, a regulação das políticas educativas interfere na organização de todo o sistema escolar, que tem um importante papel na regulação da sociedade atuando como agências formadoras de força de trabalho, como disciplinadores da população.

Outrossim, apesar das especificidades de cada país, tais como história, cultura, a língua, observam-se muito mais semelhanças que diferenças entre os contextos nacionais referente à realidade educacional. Neste contexto, identifica-se nas reformas educacionais mais recentes no Brasil e em alguns países da América Latina, tais como Argentina, Chile, processos de busca por novas formas de regulação educacional, destacando-se a centralidade que os programas de reforma têm atribuído à administração escolar, o financiamento per capita, presente no ensino fundamental no Brasil (FUNDEF, com a Lei n. 9424/96) e no Chile, bem como na Argentina; a regularidade e ampliação dos exames nacionais de avaliação; a

avaliação institucional e de desempenho e outros mecanismos de gestão escolares que insistem na participação da comunidade.

Nota-se que o movimento de reformas cresceu nos países da América Latina nos anos de 1990, delineando uma nova regulação das políticas educacionais, trazendo como resultado, uma reestruturação do trabalho docente e com isso, alterando sua natureza e definição (OLIVEIRA, 2005).

Nos dias de hoje, o trabalho docente não se limita apenas a atividade em sala de aula, o trabalho estende-se a atividades extraclasse, sendo também intermediário entre a instituição e a comunidade. Dada a dedicação do professor que por vezes em uma comunidade carente, disponibiliza até mesmo material escolar para um aluno mais carente.

3.2. VALORIZAÇÃO SALARIAL DOS PROFESSORES

O piso salarial profissional, consignado no art. 206, inciso V da Constituição Federal, entende-se como: a quantia abaixo da qual os sistemas de ensino não poderão fixar a remuneração do professor da educação básica no início da carreira na rede pública (BRASIL, 1988/2016). O Brasil tem muitos sistemas de ensino formado pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e a educação superior, em seus Estados e Municípios, além da União e do DF, e cada sistema pode e tem uma carreira para o seu magistério, com ingresso por concurso e provas de títulos.

O Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) é o “salário mínimo” do professor público da educação básica. A remuneração ou “vencimento inicial” de carreira é fixado por Lei estadual, municipal, do DF ou da União, conforme o respectivo sistema de ensino. Já o PSPN, como salário mínimo dos professores e por ser a profissão do magistério uma habilitação nacional e todos os professores estarem contidos nas fronteiras e em atuação no país, deve ser fixado por Lei federal, como acontece com o salário mínimo de todos os trabalhadores.

A Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008, institui o PSPN – Piso Salarial Profissional Nacional, o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. O FUNDEF se implantou no Pará em 1º de julho de 1997 e nos demais Estados do Brasil em 1º de janeiro de 1998.

Na década de 70, com a criação da Lei n. 5.692 de 1971, no Capítulo V, trata-se dos Professores Especialistas, observando-se dois artigos:

Art. 36. Em cada sistema de ensino, haverá um estatuto que estructure a carreira de magistério de 1º e 2º graus, com acessos graduais e sucessivos, regulamentando as disposições específicas da presente Lei e complementando-as no quadro da organização própria do sistema.

[...]. Art. 38. Os sistemas de ensino estimularão, mediante planejamento apropriado, o aperfeiçoamento e atualização constantes dos seus professores e especialistas de Educação.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a LDB, Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, ambas foram criadas num contexto social – teve no cenário econômico brasileiro dos anos 90, a estabilização da economia, privatizações de serviços públicos, abertura comercial e financeira da economia, Plano Real, altas taxas de desemprego. Além da descentralização das políticas sociais, mundo globalizado e em vigor o Regime Neoliberal

Freitas (2007) evidencia que, a partir de 1995, com a implementação de políticas educacionais neoliberais¹, diferentes setores governamentais e empresariais, a qualidade da educação foi estrategicamente colocada como condição para o aprimoramento do processo de aprofundamento do capitalismo.

No final do século XX, o fenômeno da globalização deu novo impulso à ideia de uma educação igual para todos, agora não mais como princípio de justiça social, mas apenas como parâmetro curricular comum (GADOTTI, 2000)

Num contexto social-econômico brasileiro dos anos 2000, no governo do Presidente Lula com a estabilidade do modelo econômico nacional, economia baseada no consumo, unificação das políticas sociais em um programa amplo (Bolsa Família), de transferência de renda e combate à fome (Fome Zero), Brasil passa de devedor a credor do FMI (Fundo Monetário Internacional), cenário econômico mundial favorável ao crescimento, melhores índices de crescimento do Brasil.

Contudo, a valorização salarial dos professores é um fator importante para incentivar tal profissional no ofício de ser educador. Diante das circunstâncias

¹Na nova ordem econômica neoliberal, o sistema educacional focaliza trabalhadores com capacidade de resposta, com rápida capacidade de aprendizagem, que saibam trabalhar em equipe, que sejam competitivos, criativos e, pela abundância de mão de obra, os indivíduos ficam sem condições de reivindicar melhores remunerações e condições de trabalho (NETO; CAMPOS, 2017)

estabelecidas pela legitimidades das ações de favorecimento salarial dos professores, se vê a possibilidade de uma educação de qualidade voltada para aprendizagem significativa individual e coletiva, cujo enfoque é a formação cidadã, a equidade e a socialização dos sujeitos.

3.3 A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

As reformas educacionais dos anos de 1960, trazendo referenciais do nacional-desenvolvimentismo, estilo do governo Juscelino Kubitschek, que uniu a simpatia necessária aos líderes carismáticos e extrema habilidade de negociação pertinente ao jogo político, ampliaram o acesso à escolaridade, partindo do princípio de que a educação é o meio mais seguro para a mobilidade social individual ou de grupos. Já as reformas de 1990 trouxeram consigo transformações consideráveis no tocante à organização e gestão da educação pública e também como principal eixo, a educação para equidade social.

Neste contexto, observa-se que diante das variadas funções que a escola pública vem assumindo, o professor tende a assumir funções que estão além da sua formação, tais como agente público, assistente social, psicólogo entre outras, gerando assim, no profissional da educação, um sentimento de perda da identidade profissional. As reformas em curso, tendem a retirar do professor, a sua autonomia na organização do seu trabalho. No entanto, o trabalho docente não limita-se a atividades em sala de aula, abrange a gestão da escola no que se refere à elaboração de projetos, planejamento e à discussão coletiva do currículo e da avaliação.

Sendo assim, o valor correspondente ao vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio e jornada de 40 horas semanais, foi assim apresentada na Tabela nº 01 que mostra a evolução do piso nacional da educação básica.

Vale ressaltar, o dispositivo da lei 11.738 de 16 de Julho de 2008, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para profissionais do magistério público da educação básica, em que se estabelece no Art. 2º:

O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal,

prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Sendo o valor de trata o art. 2º desta Lei, feito de forma progressiva e proporcional, conforme se observa no art. 3º parágrafo terceiro:

A partir de 1º de janeiro de 2009, acréscimo de 2/3 (dois terços) da diferença entre o valor referido no art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, e o vencimento inicial da Carreira vigente.

Assim, o quadro abaixo especifica a evolução do valor do piso nacional dos profissionais do magistério público da educação básica.

Quadro 01- Evolução do valor do piso nacional em R\$

Ano	Valor do piso salarial
2009	R\$ 950,00
2010	R\$ 1.024,67
2011	R\$ 1.187,14
2012	R\$ 1.451,00
2013	R\$ 1.567,00
2014	R\$ 1.697,00
2015	R\$ 1.917,78
2016	R\$ 2.135,64
2017	R\$ 2.298,80
2018	R\$ 2.455,35
2019	R\$ 2.557,74

Fonte: Nota Técnica nº 04/2019 – Confederação Nacional de Municípios (CNM). Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/NT_04_2019_piso_salarial_magist%C3%A9rio_2019.pdf

De acordo com o Ministério de Educação, o critério adotado para o reajuste, desde 2009, tem como referência o índice de crescimento do valor mínimo por aluno ao ano do Fundeb, que toma como base o último valor mínimo nacional por aluno (vigente no exercício que finda) em relação ao penúltimo exercício. No caso do reajusto deste ano 2019, é considerado o crescimento do valor mínimo do Fundeb de 2016 em relação a 2015.

4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

O trabalho docente, em escolas públicas municipais, é acentuado pelas exigências educacionais principalmente por se considerar a educação sob os parâmetros de um país em desenvolvimento. Além disso, “educar implica em promover a aquisição de um domínio sobre tudo o que há de interior (no sentido de animalesco) em benefício do que é superior, isto é, verdadeiramente humano” (LANZ, 1998 p. 144). E o homem precisa de educação.

Para a coleta de dados e informação foi aplicado um questionário para o público de 10 (dez) professores de uma população de 37 (trinta e sete professores), ou seja a amostra de 27% da população. As respostas fornecidas pelos questionados foram coerentes com o que foi proposto, visto que foram expostos os posicionamentos de cada um em relação às questões.

Para maior compreensão dos dados coletados, as questões foram divididas em três seções: a primeira seção trata do perfil dos professores. Tratam-se de sete questões que investigam: Instituição; Professor; Sexo; Idade; Cor; Endereço; Tempo de serviço. Na segunda seção se apresenta cinco questões (de 8 a 12) que dizem respeito às Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação (TICs); mercado de trabalho; equipamentos; condições de trabalho e reconhecimento. A terceira, são as questões de 13 a 17, que dizem respeito ao cotidiano do docente, o papel do Estado, expectativas para o futuro do trabalho docente e a palavra que define o trabalho docente.

4.1 RESULTADOS DA SEÇÃO 1

Com relação a primeira seção, os docentes se definiram como pardos e negros, sendo 06 (seis) pardos e 04 negros, em sua maioria do sexo feminino, 08 (oito) professoras e apenas 02 (dois) professores, em sua maioria residentes no município de Muritiba, no Centro, apenas (01) uma professora residente no município de Cruz das Almas, também no Centro. O tipo de contratante é homogêneo, já que todos são efetivos da rede municipal. Dentre os entrevistados, com relação ao tempo de serviço, o menor tempo de serviços prestados são 05 (cinco) anos e o maior tempo são (33) trinta e três anos. Com relação à carga horária todos são 40 horas.

Quadro 02 - Perfil dos professores entrevistados

Cor		SEXO-TIPO DE CONTRATANTE E TEMPO DE SERVIÇO		Bairro de Moradia – Carga Horária e Tipo de Contrato		
Cor	Sexo	Rede	Tempo de Serviço	Bairro de Moradia	Carga Horária	Tipo de contrato
Parda	Masc.	Municipal	13 Anos	Centro de Muritiba	40 h	Estatutário
Negra	Fem.	Municipal	13 anos	Centro de Muritiba	40 h	Estatutário
Negra	Fem.	Municipal	24 anos	Centro de Muritiba	40 h	Estatutário
Parda	Fem.	Municipal	33 anos	Centro de Muritiba	40 h	Estatutário
Parda	Fem.	Municipal	24 anos	Centro de Muritiba	40 h	Estatutário
Parda	Fem.	Municipal	32 anos	Centro de Muritiba	40 h	Estatutário
Negra	Fem.	Municipal	15 anos	Centro Cruz das Almas	40 h	Estatutário
Parda	Masc.	Municipal	5 anos	Centro de Muritiba	40 h	Estatutário
Negra	Fem.	Municipal	19 anos	Centro de Muritiba	40 h	Estatutário
Parda	Fem.	Municipal	26 anos	Centro de Muritiba	40h	Estatutário

Fonte: Elaboração própria (2019)

4.2 RESULTADOS DA SEÇÃO 2

Na segunda seção, o questionário apresentado designa cinco questões (de 8 a 12) que dizem respeito às Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação (TICs); mercado de trabalho; equipamentos; condições de trabalho e reconhecimento.

Na atualidade o trabalho docente vem sendo cada vez mais desafiador, assim a primeira questão desse bloco indaga: *com relação ao uso das novas tecnologias em sala de aula, na sua ótica os efeitos são negativos ou positivos para o desempenho dos alunos?*

Tabela 1 –Efeitos sobre o uso das novas tecnologias

Docente 1	É necessário para o desenvolvimento do trabalho do professor em sala de aula o uso de livro didático, Datashow, celular e TV. As novas tecnologias deveriam ser utilizadas como ferramenta de auxílio na construção do conhecimento.
Docente 2	Os efeitos das novas tecnologias em sala de aula são positivos pois atraem a atenção dos alunos, e com as constantes mudanças através dos avanços tecnológicos, desperta no aluno o interesse de mergulhar no conhecimento a cada descoberta.
Docente 3	O uso das novas tecnologias em sala de aula, seriam positivos pois o uso da tecnologia já faz parte do dia a dia dos alunos.
Docente 4	As TICs deveriam ser usadas de forma enriquecedora e estimuladora para novas práticas de conhecimento.
Docente 5	O uso das novas tecnologias em sala de aula são positivos e que as TICs deveriam ser utilizadas como suporte didático. Afirma que para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula são necessários o computador, Datashow e celular.
Docente 6	O uso das novas tecnologias em sala de aula prejudica o aluno na escrita e na leitura, pois o aluno já acha tudo na internet e não tem nem o trabalho de ler, e

	quanto às TICs, deveriam ser usadas como suporte pedagógico, porém não utilizada diariamente.
Docente 7	O uso das tecnologias em sala de aula são positivos desde que sejam aproveitados metodologicamente, e as TICs deveriam ser utilizadas de maneira planejada, aproveitando o interesse dos educandos por tecnologia.
Docente 8	A carência de materiais dificultam a aplicação das novas tecnologias em sala de aula, e se tivesse mais recursos disponíveis os efeitos seriam mais positivos.
Docente 9	O uso das novas tecnologias em sala de aula é positivo desde que administrado pelo professor em sala de aula, e a utilização das TICs facilitam o trabalho com pesquisa na sala de aula, em atividades dirigidas pelo professor.
Docente 10	As TICs por serem objetos que despertam o interesse a todos os alunos, a prática pedagógica em sala deve ser explorada além de ludicamente, propor uma interação informativa de conhecimento.

Mediante exposto, os docentes entrevistados concordam que já não é plausível o ensino não associado ao uso de novas tecnologias, inclusive por perceber que os alunos trazem como conhecimento interiorizado a utilização e manuseio tecnológico. Contudo foi revelado que existe um despreparo de parte dos professores e/ou das instituições para acompanhar os avanços tecnológicos “a carência de materiais dificultam a aplicação das novas tecnologias” como observado pelo (DOCENTE 8).

Neste sentido Coraggio, (2000 p. 241) afirma que

Para desenvolver as capacidades técnicas exigidas pelas novas tecnologias, a aprendizagem deve ser mediada mais por símbolos que pela observação visual, o que implica maior nível teórico, um arrazoamento abstrato e uma capacidade para incorporar as experiências de outros trabalhadores ou pesquisadores da comarca, da região ou do mundo, por sua formulação teórica. Porém, outra capacidade simbólica vital para a economia popular: a capacidade comunicativa.

Com a resposta da maioria dos entrevistados ficou bem claro que as novas tecnologias são um bom aliado ao trabalho docente em sala de aula, pelo fato da tecnologia já fazer parte do dia a dia do aluno e despertá-lo para o interesse de mergulhar no conhecimento a cada descoberta. De acordo com o Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais (2002, p.22)

A internet [...] está contribuindo para realizar mudanças revolucionárias no comércio, na educação, na política, no jornalismo, nas relações entre as nações, entre as culturas; mudanças não só no modo como as pessoas se comunicam, mas também no modo como compreendem sua vida.

Sendo assim as TICs deveriam ser usadas em sala de aula como ferramenta de auxílio na construção do conhecimento, pois devem ser utilizadas para fazer uma ligação das tecnologias com os alunos desenvolvendo habilidades e bom uso desses

meios. Isso desvincula o uso de método tradicional para o desenvolvimento do trabalho, utilizando o quadro, livros didáticos e texto xerocado, como dito por alguns professores.

Diante dos avanços das *Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC na educação, como elas deveriam ser utilizadas?*

A partir das respostas conclui-se que as TICs devem ser usadas na construção do conhecimento e desenvolvimento de habilidades do aluno, bem como facilita o trabalho com pesquisa em sala de aula.

Para Mey (1998 *apud* ANDRADE; CRUZ, 2014, p. 270) “a relevância do letramento, tanto do tipo usual quanto do digital, vai muito além de se afirmar que é uma tecnologia de informação adquirida ativa ou positivamente. Enfatiza, também, que é muito mais do que saber ler e escrever ou navegar na internet”. Como parâmetros de aprendizagem.

A questão seguinte aborda: *a nível municipal quais seriam as principais ferramentas utilizadas pelos professores no desenvolvimento do seu trabalho?*

De acordo com as respostas, observa-se que as tecnologias tem sua importância, porém os métodos tradicionais não foram descartados, sendo a preferência de alguns professores ainda que trabalhados em conjunto com as tecnologias se necessário, visto que, de acordo com Saviani (1991, p. 54)

Esse ensino tradicional que ainda predomina hoje nas escolas se constituiu após a revolução industrial e se implantou nos chamados sistemas nacionais de ensino, configurando amplas redes oficiais, criadas a partir do meado do século passado, no momento em que, consolidado o poder burguês, aciona-se a escola redentora da humanidade, universal, gratuita e obrigatória como um instrumento de consolidação da ordem democrática.

Ao progredir na carreira, o professor sai da sala de aula e o reconhecimento vem quando ele se torna coordenador, formador de professores, diretor, etc. *A nível municipal, é possível pensar em uma progressão de carreira que não necessariamente tire o professor da sala de aula, e que valorize a sua permanência nela?*

Com relação à progressão de carreira, a maioria dos professores acreditam que não é possível. Diante do cenário político atual eu concluo que a desvalorização do trabalho docente e a falta de reconhecimento do importante papel do professor perante a sociedade, de fato pensar em progressão de carreira, de acordo com a nossa realidade do município é inviável.

As condições de trabalho docente tem sido mote de diversos estudos, que evidenciam sua precarização (Sampaio; Marin, 2004), em que pesem esforços para enfrentar tal situação, explicitados em políticas educacionais implantadas no Brasil nos últimos anos (Gatti; Barreto; André, 2011). A precariedade nas condições de exercício da docência evidencia sua desvalorização política e traz consequências para sua valorização social e para as formas como o professor se constitui como profissional (LÜDKE; BOING, 2004).

A arte de educar não é fácil devido à sua complexidade, pois não depende apenas do professor, mas também do interesse do aluno em aprender. *A nível municipal quais seriam as melhorias necessárias nas condições para o exercício do trabalho docente?*

Com base nas respostas, são necessários mais investimentos na educação, a valorização dos professores, e também a colaboração da família na vida escolar do aluno, visto que a nossa realidade enquanto rede municipal pública de ensino, é que os pais lançam sobre o professor a responsabilidade de educar o aluno, quando o papel do professor é transmitir o conhecimento e formar cidadãos.

Neste sentido, Nóvoa (1992, p.28) nos diz que “as escolas não podem mudar sem o empenhamento dos professores, e estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham. O desenvolvimento profissional dos professores tem de estar articulado com as escolas e seus projetos”.

4.3 RESULTADOS DA SEÇÃO 3

Na terceira seção estão as questões de 13 a 17, que dizem respeito ao cotidiano do docente, o papel do Estado, expectativas para o futuro do trabalho docente e a palavra que define o trabalho docente.

Sendo indagado a seguinte questão: *a realidade do trabalho docente nos dias de hoje é desafiadora, quais as maiores dificuldades que na sua ótica o professor enfrenta no seu cotidiano?*

As respostas obtidas apontam para um cenário desanimador que vão desde a falta de interesse do aluno, desvalorização do professor à falta de comprometimento da família na vida escolar e à violência. Vale ressaltar que, como afirma VALLE (2006, p.4).

A carreira docente se torna pouco atrativa, pois, apesar de exigir um enorme investimento pessoal e familiar (diplomas e aprovação em concursos), oferece um futuro profissional bastante incerto, baixos salários, limitadas possibilidades de ascensão pessoal, condições precárias de trabalho, além de requerer uma grande versatilidade, o que acredita-se contribuir de forma direta ou indireta para a evasão dos cursos de licenciatura.

Todavia, as dificuldades encontradas não devem ultrapassar as expectativas de fomentação de uma educação de qualidade, concernente em todos os espaços educativos, em que se preze a educação como liberdade. Vale refletir, neste contexto, sobre a educação integral/holística que, em seu arcabouço teórico, o educador no seu pensar e agir tem a liberdade de selecionar subsídios para auxiliar nas intensas mudanças que a sociedade passa.

A questão sobre o projeto político: a Escola sem Partido, pensado a partir do Projeto de Lei n. 2.984/14 e do Projeto de Lei n. 867/15, traz a proposta de restringir ou moderar a liberdade de expressão e autonomia do professor. *Qual a sua opinião sobre esse projeto?*

A partir das respostas, é notório que esse projeto tem um viés mais político que pedagógico, a partir do momento em que a proposta desse projeto é restringir o posicionamento político do professor, sua autonomia e dificultar o trabalho docente em sala de aula, até porque a liberdade de expressão deve ser inviolável e respeitada como tal.

Assim, a liberdade e igualdade são valores associados à tolerância, de forma que a aceitação da alteridade e das diferenças, ainda que de forma crítica, seria uma virtude e a escola seria o lócus privilegiado para o desenvolvimento da educação para a democracia, visto que, ainda que existam outros espaços para a educação, ela é ainda a única instituição que possui como função oficial a educação do cidadão (BENEVIDES, 1996).

Tratando sobre o papel da escola, foi indagado: *a nível nacional a escola vem desempenhando bem o seu papel perante uma sociedade cada vez mais exigente por uma educação de qualidade?*

Conclui-se a partir das respostas, que as escolas vem tentando desempenhar o seu papel mediante suas possibilidades, e se faz necessário um trabalho conjunto entre o poder público, a família e a comunidade nesse processo.

Surge o questionamento sobre as expectativas para o futuro, onde se pergunta: *Quais as suas expectativas para o futuro em relação ao exercício do trabalho docente?*

De acordo com os entrevistados, diante do cenário político atual e partindo do princípio de que o trabalho docente vem sendo cada vez mais desvalorizado, a falta de reconhecimento da importância do papel do professor perante a sociedade e a falta de maiores investimentos, bem como a falta de interesse do governo em uma melhor educação, não se pode vislumbrar nenhuma expectativa em relação ao trabalho docente futuramente.

Por fim esta pesquisa analisa o cenário político atual, questionando: *Qual palavra definiria o trabalho docente diante do cenário político atual?*

Dentre as palavras mencionadas, destacou-se luta, pois faz jus ao presente momento, com relação ao cenário político atual, a realidade vivida em que se faz necessário lutar em defesa dos direitos adquiridos e das possíveis conquistas de outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do princípio que a educação é o caminho que dá acesso ao saber que liberta, e conduz à liberdade mental e política, sob esse aspecto, o professor tem o importante papel de não apenas transmitir conhecimento para os alunos, mas formar sujeitos para o exercício da cidadania e os capacitarem para o mercado de trabalho.

A escola tem seu papel essencial na sociedade, não é simplesmente um local onde adquire-se conhecimentos, mas também tem sua contribuição para a formação do caráter, valores e princípios morais com os quais o aluno utilizará os conhecimentos aprendidos em favor da sociedade e de uma realidade melhor para todos.

Constata-se que a escola Polivalente do município de Muritiba possui um quadro de professores predominantemente feminino, estatutário, residentes no município. Os efeitos sobre o uso da tecnologia é positivo, com ressalvas para falta de recursos, o prejuízo na leitura e na escrita e a observação de que deveriam ser utilizados de maneira planejada. Os TICs devem ser utilizados na construção de conhecimento e desenvolvimento de habilidades do aluno e facilitam o trabalho com pesquisa em sala de aula.

Os resultados demonstraram que as tecnologias tem sua importância apesar do uso de métodos tradicionais. A progressão de carreira não é possível, devido ao cenário político atual. Além disso, para melhorias nas condições de trabalho são necessários mais investimentos. As maiores dificuldades enfrentadas pelos professores no cotidiano englobam falta de interesse dos alunos, desvalorização do professor e falta de comprometimento da família com a escola além da violência escolar. O projeto político: a Escola sem Partido, foi observado como projeto mais político do que pedagógico. O papel da escola diante da sociedade tem sido bem desempenhado mas precisa de um trabalho conjunto entre o poder público, a família e a comunidade. A expectativa para o futuro em relação ao exercício docente é quase nula de acordo com esta pesquisa. E o que define o trabalho docente diante do cenário político destacou-se a palavra luta.

Conclui-se que a realidade vivenciada pelos docentes hoje no Colégio Polivalente é que o governo não vem demonstrando nenhum interesse em melhorar a educação, em incentivar o trabalho docente, pelo contrário, na atual conjuntura política, o quadro que se desenha é que, com os avanços tecnológicos; a diminuição

nos investimentos para a educação e; com a desvalorização do trabalho docente, os professores não conseguem vislumbrar nenhuma expectativa para o futuro dessa profissão. No entanto, parece que a valorização dos profissionais da educação; mais investimentos na qualidade da educação e; um trabalho conjunto entre a escola, a família e o poder público, é o caminho para reverter o atual cenário da educação.

REFERÊNCIAS

ALMAGRO, Ademir. Educação: para ser de todos, ela não pode ser de um governo. In: BRASIL, 2018.

AMARAL, Lívio. Entrevista. Informe Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Aranha. ENSP1º/10 /2009. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/inprme/materia/index.p&p?matid-18514> Acesso em: 13 out 2019.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. Lua Nova no. 38 São Paulo Dec. 1996. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451996000200011>. Acesso em Out. 2019.

BRASIL. [Constituição de (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 nov 2019.

BRASIL. Decreto nº. 5.800/06 de 8 DE JUNHO DE 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, 2016.

BRASIL. Educação em debate: um panorama abrangente e plural sobre os desafios da área para 2019-2022 em 46 artigos. São Paulo: Moderna, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Projeto de Lei nº 867, de 2015. Rio de Janeiro: Alerj, 2016.

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: Presidência de República, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília: Ministério da educação, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Portaria MEC nº 1.306 de 02/09/1999, resultante da homologação do Parecer CNE/CP nº 99, de julho de 1999. Brasília, 1999.

BRITO, Cristina Leite – UPE. Software enquanto recurso didático. Revista Diálogos.com.br.

BUARQUE, Cristovam. O que fazer na educação: melhoria ou salto. In: BRASIL. Educação em debate: um panorama abrangente e plural sobre os desafios da área para 2019-2022 em 46 artigos. São Paulo: Moderna, 2018.

CHALITA, Gabriel. Humano jeito de educar. In: BRASIL. Educação em debate: um panorama abrangente e plural sobre os desafios da área para 2019-2022 em 46 artigos. São Paulo: Moderna, 2018.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a Educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

CORAGGIO, José Luis. Desenvolvimento humano e educação. São Paulo: Cortez, 2000.

DUARTE, Adriana. A produção acadêmica sobre trabalho docente na educação básica no Brasil: 1987-2007. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 101-117, 2010.

FAUSTINO, Elizabete Maria Braga; SILVA, Ana Carolina de Oliveira; RODRIGUES, Evanize Custódio. Problemas enfrentados pelos docentes em sala de aula.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. Campinas: Educ. Soc., vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre. Ed. Artes Médicas, 2000.

GASPARINI, Sandra Maria, BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educ. pesqui; maio/ago.2005, vol. 31, n.2 p.189-199. ISSNb1517-9702.

GATTI, A.; BARRETO, E.S.S. Professor do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009. 294p.

GATTI, B. A., BARRETO, E. S., ANDRÉ, M. E. D. A. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: MEC/Unesco, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JACOMINI, Maria Aparecida; PENA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional.

LANZ, Rudolf. A pedagogia Waldorf: caminho para um ensino mais humano. 6 ed. São Paulo: Antroposófica. 1998.

LEMOV, D.(1967). Aula nota 10:49 técnicas para ser um professor campeão de audiência. São Paulo: Da Boa Prosa: Fundação Lemann, 2011.

LÜDKE, M., BOING, L. A. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1159-1180, Set./Dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-733020040004&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 25 out. 2019.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA 1932. Disponível em: http://www.histerdbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso 10 out. 2019.

MARTINS, G. A. Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ANDRADE, Gustavo de Oliveira; CRUZ, Dulce Márcia. Aprendizagem e Letramento Digital de Alunos Adultos: O Caso do Curso Técnico em Informática a Distância do IFES. Rio de Janeiro: Revista científica em educação a distância. AJESAD, 2014.

MORAN, J. M; MASETTO, M. T; BEHRENS, M.A. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. 16ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2010.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas-SP: Papirus, 2007.

NETO, Filinto Jorge Eisenbach; CAMPO, Gabriela Ribeiro de. O impacto do neoliberalismo na educação brasileira. Paraná: PUCPR, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420_12521.pdf Acesso em: 12 nov 2019.

OLIVEIRA Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 753-775, Especial - Out. 2005.

OLIVEIRA, M. A. M. Gestão Educacional: Novos olhares, novas abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 75-86.

PACHECO, J.A e FLORES, M.A. Formação e avaliação de professores. Porto: Porto Editora, 1995.

PENNA, Fernando de Araújo. Programa Escola sem Partido: uma ameaça à educação e emancipadora: In: GABRIEL, Carmem Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim (Orgs.). Narrativas do Rio de Janeiro: nas aulas de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 43-58.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. Campinas: Educ. Soc., vol. 26, n. 92, p. 753-775, Especial, 2005.

PERRENOUD, Philippe. Dez competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Giovane Hilário da. Tecnologias e desenvolvimento: as tecnologias da informação e comunicação no âmbito do ensino fundamental. Poços de Caldas-MG: Edição do Autor, 2016.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. Igreja e internet. Cidade do Vaticano: Festa da Cátedra de São Pedro Apóstolo, 2002.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: nota para uma reflexão.

ROHDEN, H. Novos rumos para a educação. 4ª Ed. São Paulo: Martin Claret. 1987.

ROLDÃO, M. do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. Portugal. Revista brasileira de Educação. V. 12 n.34 jan./abril 2007.

SANTOS, David Raimundo. Equidade racial na Educação: diversidade étnica como tema nacional. In: BRASIL. Educação em debate: um panorama abrangente e plural sobre os desafios da área para 2019-2022 em 46 artigos. São Paulo: Moderna, 2018.

SANTOS, Clovis Roberto. O gestor educacional de uma escola em mudança. São Paulo: Thonsom, 2002.

SAVIANI, D. Escola e democracia. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAMPAIO, M. M. F. MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set./Dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22618.pdf>>. Acesso em: 25 out 2019.

THERRIEN, Jacques. A natureza reflexiva da prática docente: elementos da identidade profissional e do saber docente. Revista Educação em Debate, Ed. UFC, nº 33, 1997, p. 5-10.

TRES, Jamialy Alves Araújo. Desafio do gestor Escolar para a Mudança Organizacional da Escola. 10agos.2010. Disponível em: <http://www.ensino.eb.br/porta1.ed1/cont1udo/art.7806.pdf>.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLE, Ione Ribeiro. Carreira do magistério: uma escolha profissional deliberada? In. Revista Bras. Est. Pedagógicos, Brasília, v. 87, n. 216, p. 178-187, maio/ago. 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. 21 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ZABALA, Antoni, A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. – 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.